

JARBAS SAI DE GENA

Licenciado desde dezembro de 2022 por motivos de saúde, o senador Jarbas Vasconcelos confirmou hoje, aos 81 anos, sua aposentadoria da vida parlamentar. Ele foi governador de Pernam-



bucó duas vezes e um dos fundadores do MDB e sempre esteve à frente da luta democrática. Dessa forma, Fernando Dueire, primeiro suplente, continuará com o mandato. “Seguirei atuando no Senado tendo seus ensinamentos como bússola e sua trajetória como inspiração”, disse Dueire. Leia mais nesta edição.



BRASIL

Terça-feira, 05 de setembro de 2023 - nº 839
Às 19 horas

NOSSO TIME

Diretor Geral: **José Nivaldo Junior**. Dir. de Redação: **Antônio Magalhães**.
Repórter Especial: **Hylida Cavalcanti**. Editor Regional NE: **Severino Lopes** Dir. de Arte: **Ivan Rodrigues**.

UM EMPREENDIMENTO GLOBALZ CONSULTORIA

VOTO SECRETO NO STF OU AUTOCONTENÇÃO?

Políticos e juristas repercutiram a fala hoje do presidente Lula de que “ninguém precisa saber” como os ministros do STF votam, questionando também o nível de exposição pública dos magistrados. Enquanto ministros da Corte rechaçaram a possibilidade de mudar a Constituição para instituir o “voto secreto”, alguns juristas debatem a forma que são publicizados os votos e que seria necessária “autocontenção” dos integrantes do STF. Leia mais nesta edição.

LULA: MILITARES TOMARAM O 7 DE SETEMBRO

O presidente Lula afirmou hoje que os militares se apoderaram da data comemorativa do 7 de setembro, mas que essa é uma celebração de toda a sociedade brasileira. Neste ano, as comemorações do governo federal têm como slogan Democracia, soberania e união. “O que aconteceu no Brasil é que, como nós tivemos, durante 23 anos, um regime autoritário, a verdade é que os militares se apoderaram do 7 de setembro, [que] deixou de ser uma coisa da sociedade como um todo”.

QUER FAZER FESTA DE TODOS

Para Lula, o que “nós estamos querendo fazer agora, com a participação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, é voltar a fazer um 7 de setembro de todos, ou seja, o 7 de setembro é do militar, do professor, do médico, é do dentista, do advogado, do vendedor de cachorro quente, é do pequeno e médio empreendedor individual, porque é de todo mundo”.

ÍNDIA PODE TROCAR DE NOME

No sábado (9) começa o encontro dos líderes dos países que compõem o G20, o grupo de maiores economias do mundo na cidade de Nova Delhi, no país de Bharat. Esse é o nome de país que vai constar nos convites para o jantar entre os chefes de Estado, mas trata-se da mesma nação conhecida como Índia. O primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, mudou o nome de Índia para a palavra em sânscrito que descreve o país no convite do jantar – e pode ser que, no futuro, Bharat se torne o nome oficial.

VALEU A INJUSTIÇA

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu hoje manter a anulação das condenações de quatro acusados pelo incêndio na Boate Kiss, ocorrido em 2013, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e que deixou 242 mortos e mais de 600 feridos. Por 4 votos a 1, a maioria dos ministros entendeu que houve ilegalidades processuais na Justiça de Porto Alegre.

Postado em www.opoder.com.br

**Do nosso
campo para
sua mesa.**



**REDE
PERNAMBUCO**
DE SUPERMERCADOS

Lugar de comprar **barato!**

 [rede_ernambuco](https://www.instagram.com/rede_ernambuco)
 [redeernambucodesupermercados](https://www.facebook.com/redeernambucodesupermercados)

LULA DEFENDE VOTO SECRETO DO STF



O presidente Lula defendeu hoje que a posição individual dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e os votos de cada magistrado não sejam divulgados – segundo ele, como forma de evitar "animosidade" contra as instituições.

SOCIEDADE NÃO PRECISA SABER

"Eu, aliás, se eu pudesse dar um conselho, é o seguinte: a sociedade não tem que saber como é que vota um ministro da Supre-

ma Corte. Sabe, eu acho que o cara tem que votar e ninguém precisa saber. Votou a maioria 5 a 4, 6 a 4, 3 a 2. Aí cada um que perde fica com raiva, cada um que ganha fica feliz", afirmou.

RISCO PARA MINISTRO DO SUPREMO

"Para a gente não criar animosidade, eu acho que era preciso começar a pensar se não é o jeito de a gente mudar o que está acontecendo no Brasil. Porque do jeito que vai, daqui a pouco um ministro da Suprema Corte não pode mais sair na rua, não pode mais passear com a sua família, sabe, porque tem um cara que não gostou de uma decisão dele", prosseguiu Lula.

ZANIN JÁ FOI PRESSIONADO

Nas últimas semanas, o ministro do STF Cristiano Zanin passou a ser pressionado nas redes sociais por ter dado votos supostamente conservadores em temas como a descriminalização da maconha e a penalização da LGBTQIA+fobia. Zanin foi indicado por Lula em junho e assumiu a cadeira no STF em agosto.

DINO TAMBÉM QUER O SIGILO DO VOTO

Já o ministro da Justiça, Flávio Dino, defendeu que os ministros do STF tenham mandato de 11 anos, com voto secreto. Mais cedo, o presidente Lula também defendeu que as posições dos magistrados em julgamentos fiquem em anonimato, sendo divulgado apenas o placar da votação. Questionado sobre a declaração do chefe, Dino concordou e trouxe o exemplo dos Estados Unidos, onde os julgamentos da Suprema Corte funcionam dessa maneira.

Postado em www.opoder.com.br

VOTO PÚBLICO

MINISTROS DO STF RECHAÇAM VOTO SECRETO



Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) ouvidos pela CNN em caráter reservado rechaçam a possibilidade de mudar a Constituição para instituir o voto secreto, mas admitem que a Corte avalia internamente uma mudança no sistema de votação no plenário.

MUDANÇA CONSTITUCIONAL IMPOSSÍVEL

Um dos integrantes do STF disse conside-

rar impossível que o Congresso Nacional mude o atual sistema de votação da Corte, que tem a transparência como um dos principais pilares, mas que há uma discussão interna para adotar uma medida que simplifique os julgamentos.

TODAS AS DECISÕES TÊM QUE SER PÚBLICAS

O que prevê a Constituição: “Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação”.

EXCESSIVA EXPOSIÇÃO

O pano de fundo desse debate interno tem dois aspectos: a excessiva exposição do STF em determinados temas e os longuíssimos votos no modelo atual. A ideia, segundo relatos, é adotar um mecanismo parecido com o que já acontece no plenário virtual.

CONSENSO ANTES DO PLENÁRIO

A proposta é que o relator de cada processo trabalhe para construir um consenso com os colegas antes de o tema chegar no plenário físico. No dia do julgamento, aqueles que concordaram com a tese construída apenas referendam a decisão, acompanhando o ministro-relator, sem a necessidade de que cada um dos 11 apresente seu voto.

Postado em www.opoder.com.br

REFORMA MINISTERIAL

TROCAS COMPLICADAS



Para agradar ao PP e ao Republicanos, in-

cluí-los na sua base no Congresso, o presidente Lula vem tentando desfazer o nó dado por petistas e um público identitário. Por exemplo, a troca de Márcio França (PSB) por Sílvio Costa Filho (Republicanos-PE) no Ministério de Portos e Aeroportos está levando o vice-presidente Geraldo Alckimin a abrir mão do seu ministério para abrigar França que não está gostando a mudança.

LUCIANA SAI OU FICA?

Uma outra possibilidade nesse xadrez é transferir França para o Ministério da Ciência e Tecnologia, ocupado por Luciana Santos (PC do B). O arranjo provocaria, no entanto, a saída de mais uma mulher do primeiro escalão. Para Luciana ser realocada no Ministério da Mulher, por exemplo – uma das opções cogitadas –, a atual titular da pasta, Cida Gonçalves, teria de ser defenestrada.

ANA MOSER É UMA BOLA FORA

Disposto a desalojar seus escolhidos para ter votos do Centrão no Congresso, Lula já acertou, porém, a entrega do Ministério

do Esporte, comandado por Ana Moser, para o deputado André Fufuca (PP-MA), ligado ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Moser não tem filiação partidária e está na chamada “cota pessoal” de Lula na Esplanada.

MINISTÉRIO TURBINADO

A ideia é que o ministério seja “turbinado” com o dinheiro da taxação de apostas esportivas. A estimativa do governo é a de arrecadar até R\$ 12 bilhões por ano, quando o mercado estiver totalmente regulamentado. A Medida Provisória que prevê essa cobrança deve ser aprovada em breve no Congresso.

Postado em www.opoder.com.br

VIDA PARLAMENTAR

JARBAS SE APOSENTA DA POLÍTICA



O Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) decidiu se aposentar da vida parlamentar. Após se licenciar do cargo, em dezembro do ano passado, para realizar tratamento de saúde, o senador resolveu formalizar hoje a sua saída em definitivo da Casa. Em seu lugar, assume formalmente a representação de Pernambuco no Senado Federal Fernando Dueire (MDB), primeiro su-

plente de Jarbas que já vinha no exercício do mandato desde o ano passado.

DEDICAÇÃO E ÉTICA



Com mais de 50 anos de atuação política, Jarbas construiu em todos os cargos que ocupou uma carreira marcada por dedicação, ética e comprometimento com Pernambuco. Ainda na juventude, foi cofundador do MDB, partido pelo qual foi eleito Deputado Estadual (1971-1975) e Deputado Federal (1975-1979 e 1983-1985), obtendo a maior votação então conferida a um candidato no Estado. Com a redemocratização no País, no primeiro pleito direto pós-ditadura, foi eleito Prefeito do Recife, cargo que ocupou por dois mandatos (1986-1988 e 1993-1996). No período, foi reconhecido nacionalmente por seus programas de gestão participativa.

GOVERNADOR E SENADOR

Foi Governador de Pernambuco também por duas vezes (1999-2006), período que enfrentou o desafio de atualizar a infraestrutura do Estado, tirando do papel obras estruturadoras para o desenvolvimento da Região Metropolitana, Agreste e Sertão. De volta ao Congresso Nacional, ocupou pela primeira vez o cargo de Senador da República entre os anos de 2007 a 2015, sendo eleito na sequência novamente Deputado Federal (2015-2019). Em nova eleição majoritária, voltou ao Senado Federal, mandato que iniciou em 2019.

Postado em www.opoder.com.br

DREX: O REAL DIGITAL NO MERCADO



A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (BB) realizaram a primeira transferência de recursos entre bancos públicos por meio do Drex, o Real digital. A versão tokenizada da moeda brasileira atualmente está em fase de testes, em um piloto estruturado pelo Banco Central que conta com a participação dos dois bancos.

PRIMEIROS TESTES

A transferência, anunciada hoje, aconte-

ceu nos dias 30 e 31 de agosto, e envolveu a transferência de reservas bancárias dos bancos no ambiente de testes do BC. Primeiro, os valores foram transferidos da carteira do BB para a Caixa. Depois, retornaram para a carteira do BB.

RISCOS DIGITAIS

Segundo especialistas, a visibilidade plena sobre como as transações com o DREX podem ser usadas dentro de um Estado Democrático de Direito para “fins legítimos”, como prevenção à lavagem de dinheiro e à sonegação fiscal. No entanto, apontam que 100% de transparência pode ser um problema durante a gestão de um governo autoritário, seja de direita ou de esquerda.

ABUSO DE PODER

Dentro de um Estado autoritário, é possível identificar quais são as fontes de financiamento e as receitas de determinados inimigos e abrir a oportunidade de o Estado ter uma fiscalização plena sobre os cidadãos, abrindo a possibilidade de abusos de poder.

CAI VENDA DE CARROS

As vendas de veículos caíram 8% no mês de agosto, primeiro mês desde o fim do programa do governo federal de descontos no carro zero. Foram 208 mil carros vendidos, contra 226 mil no mês de julho. Os dados são da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), divulgados hoje.

CONSELHO SUL E SUDESTE ATENTO ÀS MUDANÇAS

O ex-secretário da Fazenda de São Paulo, Felipe Salto, criticou a criação do Conselho Federativo, que deverá fazer a distribuição dos recursos arrecadados entre os Estados: “O pacto federativo é cláusula pétrea. E o Conselho Federativo, sendo colocado por uma Emenda à Constituição, fere o pacto federativo. Porque ele é uma instituição que vai normatizar, regulamentar, arrecadar, partilhar os recursos e devolver crédito para contribuinte. Eu brinco que só falta confeccionar a bandeira do Conselho Federativo e compor o hino, para que a gente tenha uma instância mais importante do que qualquer governador ou governadora de Estado”.

PASSANDO A PERNA NOS SÓCIOS

A briga judicial envolvendo o aplicativo Colab teve mais um capítulo. Tiago dos Santos e Bruno Carneiro Leão estão processando a QuickSite, empresa que eram sócios e que desenvolveu e lançou o aplicativo Colab.re em 2013. O aplicativo foi um sucesso e Tiago e Bruno ficaram para trás. A novidade é que foi movido um segundo processo judicial. Desta vez, o Colab contra Tiago por danos morais por informar os investidores do aplicativo a respeito do primeiro processo e também por divulgar o caso na imprensa. A decisão da Justiça de Pernambuco foi a favor de Tiago.

MEI COM DIFICULDADES

Empreendedores do país têm relatado dificuldades no cadastro e na emissão de notas fiscais com abrangência nacional pela plataforma gov.br, determinação que passou a vigorar desde 1º de setembro. Usuários que tentavam acessar a plataforma nesta semana se depararam com instabilidades seguidas de uma mensagem de erro que impossibilitava o login do contribuinte.

ROTATIVO DO CARTÃO

O RISCO DE TABELAR OS JUROS



O deputado Alencar Santana (PT-SP) afirma que a proposta de limitar a taxa de juros cobrada no rotativo do cartão de crédito tem apoio de líderes partidários na Câmara, assim como a manutenção do parcelamento sem juros. A modalidade de compra, bastante difundida no varejo, é criticada pelas instituições financeiras, que defendem a limitação do instrumento. A constituinte de 1988 quis impor ao sistema bancário juros anuais de 12%. Mesmo inscrita

na Carta, a medida nunca foi aplicada. Os bancos, como agora, ameaçaram enxugar as linhas de crédito com o tabelamento dos juros.

NO CONGRESSO

Sem acordo entre os operadores que atuam neste mercado - como bancos, empresas de maquininhas e o comércio -, o impasse está sendo tratado no Congresso, no projeto de lei que cria as garantias para a segunda fase do programa Desenrola, cuja previsão de votação na Câmara é ainda nesta semana.

AUTORREGULAÇÃO

No seu relatório, Santana dá prazo para que o setor financeiro proponha uma autorregulação em até 90 dias. Caso não ocorra, a cobrança de juros não poderá superar o principal da dívida - o que, na prática, equivale a um juro máximo de 100% ao ano. Hoje, a taxa cobrada supera os 445%.

Postado em ww.opoder.com.br

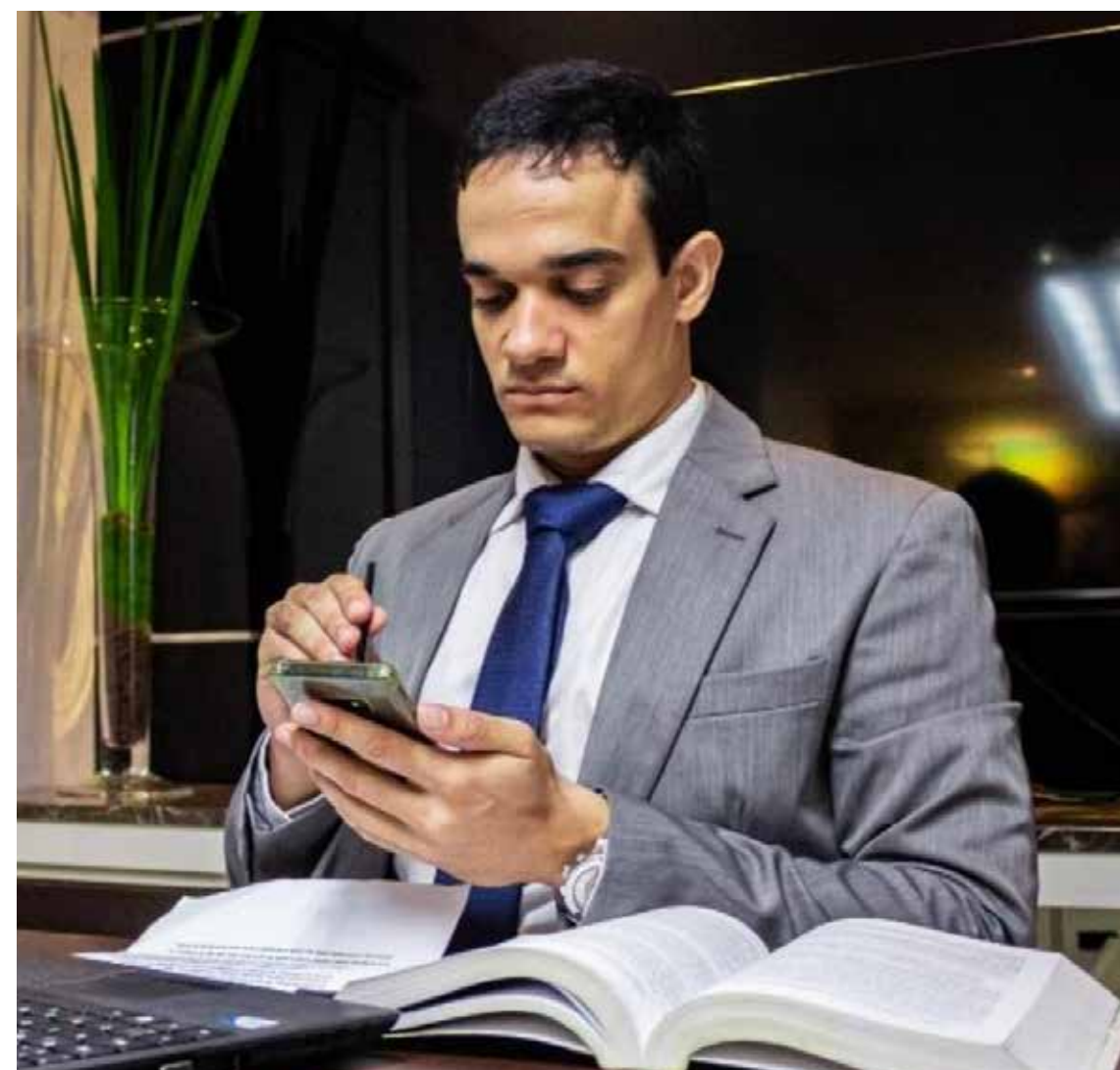
PIRÂMIDES FINANCEIRAS

O QUE A JUSTIÇA DECIDIU SOBRE A VÍTIMA

*Rodrigo Carvalho
de Santana Pinho*

Advogado

rodrigo@rradvocaciaeconsultoria.srv.br



Os investimentos em criptoativos, do qual se destacam as criptomoedas, é um tipo de investimento legítimo e operável entre as partes. Ocorre que, com o decorrer do tempo, foi alvo de promessas de retornos na probabilidade do impossível, uma vez que promete rendimentos mensais altos e em percentuais fixos.

CASO EM DESTAQUE

A consumidora realizou um aporte de investimento em determinada corretora no valor de R\$ 60 mil, referente a contrato de locação de criptoativos no mercado finan-

ceiro de moedas virtuais. Apesar do montante investido, a oferta de retorno financeiro não foi cumprida.

PIRÂMIDE

Para os julgadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal- TJDFT (processo n. 0736060-58.2020.8.07.0001), a estratégia adotada pela empresa de investimento em ativos virtuais configura uma operação fraudulenta, mas sofisticada, chamada pirâmide financeira.

Pontuaram que o esquema envolve promessas de ganhos extraordinários às custas dos investimentos de clientes em vez de usar a receita gerada por um negócio real.

VOLATILIDADE

É importante pontuar que o investimento em moedas virtuais é possível e depende da opção de cada um para aportar seu dinheiro. Ocorre que, devido à instabilidade do mercado, é praticamente impossível a garantia de rendimentos altos e em percentuais fixos.

E O RESULTADO?

Uma vez reconhecida a operação fraudulenta e a ilicitude do contrato, o Tribunal condenou a empresa de ativos virtuais a restituir a quantia investida pela consumidora, mas sem o pagamento dos valores prometidos no contrato e seus respectivos juros exorbitantes, como se nunca tivessem firmado alguma relação contratual.

Postado em www.opoder.com.br

CIBER & SEGURANÇA

TESTE DAS URNAS E DOS SISTEMAS DE VOTAÇÃO



Edison Fontes

Evangelista em Cibersegurança e Privacidade
edison@pobox.com

No mês passado, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, convidou brasileiras e brasileiros a participarem do Teste Público de

Segurança das Urnas e dos Sistemas de Votação e Apuração (TPS) que serão utilizados nas Eleições Municipais de 2024. Considerando a boa-fé do TSE é uma boa notícia, mas precisamos refletir alguns aspectos, bem como controles que devem ser considerados nos testes.

CONTROLES

1. Teste de sistema devem ser procedimento normal, contínuo. É um controle implementado. Recomendo, considerando a criticidade do assunto, testes semestrais.

2. Testes devem ser cada vez mais rigorosos. A cada rodada de testes, deve-se permitir mais conhecimento do sistema a ser testado pelos profissionais que realizarão os testes.

3. Os profissionais de teste devem indicar o plano de teste, mesmo que este plano de teste não seja bem estruturado.

4. Resultados e recomendações. Todo plano de teste realizado deve ter formalizado o resultado encontrado, possibilidades não realizadas, falhas encontradas, recomendações. Este tópico deve ser for-

malizado e divulgado pelos profissionais de testes em uma sessão pública.

5. Critérios para o Nível de Risco encontrado. O TSE deve julgar os resultados dos profissionais de teste e dar seu parecer completo, e também resumido onde uma graduação de Risco deve ser atribuído as falhas encontradas. Este Nível de Risco facilita a população a entender o resultado do teste.

6. Plano de Acerto do TSE. Baseado nas falhas ou possíveis falhas encontradas, o TSE deve definir um plano de ação para a solução das mesmas e consequentemente novos testes.

7. Não somente o Ambiente de Informação da Urna. Os testes devem contemplar os Ambientes de Informação: urna, transmissão, servidores intermediários e computador central.

8. Deve ser considerada a situação de má fé. A ameaça de um profissional que tenha acesso (por exemplo) ao ambiente centralizado agir de má fé, deve ser considerado nos testes. Se o fato de um úni-

co profissional tiver uma informação privilegiada e sua ação não for monitorada ou (melhor solução) exigida a participação de outro profissional, deve ser considerada.

9. Todas as ameaças consideradas para o teste, devem ser formalizadas, para que fique explícito o que foi permitido considerar.

10. Teste deve ser um Controle de Segurança do Estado. Teste não é uma vontade circunstancial de alguém em algum cargo. É obrigatório. Deveria fazer parte da legislação eleitoral.

Concluo lamentando o desprezo dos partidos políticos que possuem recursos financeiros para bancar excelentes profissionais e ferramentas. Ou custear as universidades e pesquisadores. Avante!

Postado em www.opoder.com.br

PARA COMPARTILHAR MATÉRIAS, ACESSE

www.jornalopoder.com.br - NOTÍCIAS



A BOA INFORMAÇÃO NÃO TEM PREÇO

ACESSE E ASSINE GRÁTIS

 www.jornalopoder.com.br

**19H
NO SEU
CELULAR**

Sugestões de pauta:

redacaopoder@gmail.com

Anuncie:

comercialopoder@gmail.com

Filiado à

